

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.733.389 - PE (2018/0075727-7)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
EMBARGANTE : RECIFEL RECIFE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADOS : JOSÉ HENRIQUE WANDERLEY FILHO - PE003450
RAPHAEL HENRIQUE LINS TIBURTINO DOS SANTOS -
PE036816
EMBARGADO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por Recife Comércio e Serviços Ltda. – Recifel contra decisão de e-STJ, fls. 1.053-1.054, que determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, a fim de que o exame do recurso especial somente ocorra após exercido o juízo de retratação ou declarado prejudicado o recurso extraordinário, na forma do art. 1.039 do CPC/2015.

Alega a embargante, nas razões recursais (e-STJ, fls. 1.057-1.060), contradição existente no aresto embargado acerca da determinação de que o Tribunal *a quo*, após o julgamento do representativo de controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal, a) negue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelo Superior Tribunal de Justiça ou b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão impugnado divergir da decisão sobre o tema objeto da afetação.

Sustenta que, "mesmo que o Pretório Excelso venha a decidir de forma contrária à sua pretensão, o que se admite para argumentar, o recurso especial deverá necessariamente retornar a este Colendo Superior Tribunal de Justiça, a fim de que sejam apreciados os demais fundamentos esgrimidos pela Recorrente, e que não estão abrangidos pelo Tema 810" (e-STJ, fl. 1.059).

Pondera, ainda, que foram apresentados pela recorrente diversos argumentos autônomos que teriam a viabilidade de serem apreciados de forma independente da questão jurídica sobrestada pela Suprema Corte de Justiça.

Impugnação aos embargos de declaração apresentada às e-STJ, fls. 1.064-1.066.

É o relatório.

A irresignação não merece acolhida.

Os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado e corrigir erros materiais.

No caso, não estão presentes quaisquer vícios autorizadores do manejo dos embargos declaratórios, estando evidenciado o exclusivo propósito da embargante em rediscutir o mérito das questões já devidamente examinadas.

Com efeito, a decisão embargada concluiu pela devolução dos autos ao Tribunal de origem para os fins dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, pois, por

medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e este Tribunal Superior, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, na Corte *a quo*, a solução no recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação.

O fato de o objeto do apelo nobre ser mais amplo do que a matéria discutida no recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida, não impede o seu retorno à origem, visto que, em atenção ao princípio da economicidade, todas as questões suscitadas no apelo especial devem ser analisadas em momento posterior à resolução do recurso extraordinário aludido, porquanto de nada adiantaria analisar toda a fundamentação trazida a lume e esbarrar, ao final, na questão sobrestada.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO IMPUGNA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. INEXISTENTE.

I - Segundo o artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e/ou corrigir erro material.

II - Não merece ser acolhido o pleito da parte embargante de que a decisão foi omissa ao não majorar os honorários advocatícios, uma vez que o recurso especial foi interposto sob a vigência do Código de Processo Civil de 1973 (25/6/2013, fl. 349), e consoante o Enunciado Administrativo n. 7 do STJ, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

III - Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 1.095.163/SP, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 14/2/2018)

Dessa forma, não são cabíveis os presentes embargos, haja vista que a real intenção da parte embargante não é sanar alguma omissão, contradição ou obscuridade na decisão impugnada, e, sim, rediscutir o que aqui ficou claro e coerentemente decidido.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator